

SESSÕES DO PLENÁRIO

103ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 25 de outubro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto e Zó.(55)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 26/09/2016.

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos

assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 02, 03, 09, 10, 15, 22, 23, 24 e 29/08/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Há sobre a Mesa o seguinte requerimento: (Lê) *“Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias:*

Requerimento de Urgência nº 8.788/2016 para o Projeto de Lei nº 21.926/2016; Projeto de Lei nº 22.001/2016 e o Projeto de Lei nº 22.002/2016.

Sala das Sessões, 25 de outubro de 2016.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.**(Oradores Inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, ouvintes das Galerias Paulo Jackson, na tarde desta terça-feira venho aqui nesta tribuna, de onde é sempre um prazer falar. O desprazer é ter lido, hoje, na imprensa local, no *site Bahia Notícias*, que o deputado Zé Neto diz que não há motivo algum para se abrir uma CPI nesta Casa. Estou aqui há praticamente 6 anos como deputado estadual e nunca vi, realmente, nenhuma CPI andar nesta Casa. Fico a me perguntar, às vezes, se o governo tem tanta influência aqui a ponto de decidir e definir o que será feito, o que se pode ou não apurar.

Esse fato do Centro de Convenções é um verdadeiro absurdo. Foram gastos mais de R\$ 40, R\$ 50 milhões na sua reforma. E aí nós nos perguntamos: esse recurso foi gasto de maneira devida? Teve zelo pelo dinheiro público? Será que o governo foi operoso com aqueles que lá estavam realizando serviços? Provavelmente, não. E nós vimos a catástrofe que aconteceu no mês de setembro no Centro de Convenções.

Conversando com alguns parlamentares, alguns policiais militares colegas do deputado Prisco, que chegou a me relatar de forma trágica o que poderia ter acontecido se aqueles policiais estivessem naquele local onde habitualmente ficavam. Eu me pergunto: será que o governo vai fazer uma manobra, aqui dentro desta Casa, para que a quantidade de assinaturas que nós precisamos colher seja praticamente esvaziada? A vontade do governo, vira e mexe, é um rolo compressor nesta Casa. Nós não conseguimos praticamente apurar nada através de CPI. Só houve uma CPI aqui, ao longo do tempo em que sou deputado, que foi a da telefonia celular. Fora isso, nenhuma.

Ontem, recebi a visita de alguns formandos que já estavam agendados para o mês de março no Centro de Convenções. E vieram apavorados: “Nós somos 80 formandos e está lá o Centro de Convenções interditado”. Lógico que está interditado.

E o governo não dá nenhum tipo de resposta, para dizer: “Olha, nós estamos aqui com o problema, vamos reavaliar, vamos apurar a responsabilidade de quem realmente se deve apurar”. Mas não. Simplesmente fecham os olhos, os discursos aqui viram políticos.

Nós estamos propondo, não porque somos Oposição, mas porque é dever e papel desta Casa Legislativa. Aqui estão representantes da sociedade. Todos aqui representam um segmento da sociedade, e deveríamos, sim, estar aqui apurando a falta de zelo com o dinheiro público. Mas não. Eu percebo que a politicagem é superior à satisfação que nós devemos dar à sociedade.

Ontem, diversos parlamentares da Oposição... vejo aqui os deputados Pablo Barrozo, Carlos Geilson, Bruno Reis, estou vendo ali também o deputado Luciano Ribeiro, todos deputados da Oposição... Quero dizer à V. Ex^a, deputado Luciano Ribeiro, que, infelizmente, nós somos aqui minoria. Minoria da minoria, porque se não temos, pelo menos, 1/3 para abrir uma CPI, para propor uma CPI nesta Casa, estaremos fadados, simplesmente, a fazer com que esta Casa se agache sempre para fazer o que o governo quer e isso é deprimente.

Os formandos que estiveram comigo ontem e que iriam se formar no Centro de Convenções vieram pedir intercessão, para que possam usar o Teatro Castro Alves, porque é o único local que eles avaliam que possa ser feito esse evento. Mas, simplesmente, disseram lá que não se pode fazer um evento para formatura, que nunca se fez antes.

Então, primeiro, tem que se apurar as responsabilidades. Depois, dar resposta à sociedade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, saúdo as Galerias Paulo Jackson, imprensa, queridos baianos e baianas, ontem, boa parte dos deputados da bancada da Oposição esteve no Centro de Convenções, deputado Robinho. E pudemos presenciar lá – nada como ver com os próprios olhos e de perto, porque nenhuma foto demonstra a realidade – como é assustador o acidente, o desastre que poderia ter acontecido ali. É assustador o tamanho do desrespeito e do descuido do governo do Estado com algo tão relevante, que simboliza o turismo de Salvador e da nossa Bahia.

De perto dá para se ver como o acidente foi sério. Existe o elevador e na frente do elevador – não tem 10 centímetros de chão – um vão. Parece-me que existia um posto policial que, por sorte, no dia trágico, não tinha um contingente de pessoas que poderia sofrer e que, com certeza, iria a óbito, pelo tamanho da estrutura.

Mas o que há de relevante nisso – e aí eu faço das palavras do deputado Tom as minhas palavras – é a importância que esta Casa tem para a sociedade baiana, e que tem que ser uma caixa de ressonância das coisas que acontecem na sociedade baiana.

E nós não poderíamos, deputado Zé Neto, Líder do Governo, deixar passar em branco um fato tão importante e sério como este.

O deputado Zé Neto criticou a coleta de assinaturas para uma suposta ou futura entrada de uma CPI. E aí digo ao deputado Zé Neto que uma CPI de deputados da Oposição é uma CPI dos deputados que têm responsabilidade com a Bahia. Deputado Robinho, deputada Fabíola, deputado Bobô, deputada Ivana, V. Ex^{as} serão convidados a assinar a CPI para sabermos o que, realmente, aconteceu com os R\$ 40 milhões que foram gastos dentro de um local que estava para desabar.

E aí se faz relevante o fato de ter uma peça, um laudo assinado pelo responsável que há muitos anos dava assistência técnica e tomava os cuidados necessários com o Centro de Convenções dizendo que há mais de 8 anos não se tinha esse cuidado, e que era necessário ter, porque havia a possibilidade de acontecer um grave acidente. Como aconteceu. E o governador continua no seu total descaso com o turismo, assim como com outras questões relevantes do nosso Estado.

Vejam, num momento de crise, desempregos acontecendo a torto e a direito, não se tem um Centro de Convenções em Salvador. Um dos principais pontos turísticos do Brasil, que atrai simpósios, convenções, atrai gente de todos os lugares do mundo que vem aqui gastar seu dinheiro, se hospedam em hotéis, vão para restaurantes e bares.

Essa é a cara do descaso do governador com o turismo da Bahia. Iremos, sim, dar entrada no requerimento da CPI, deputados Luciano Ribeiro e Carlos Geilson, fazendo valer a nossa obrigação de deputado estadual de fiscalizar um governo no que tange aos relevantes fatos que acontecem no nosso Estado.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero prestar meu pesar pelo falecimento de um grande amigo, o ex-prefeito do município de Conceição da Feira, Francisco Guedes Bastos, conhecido como Chico Bastos, membro do Democratas. Ele prestou grandes serviços ao município de Conceição da Feira e hoje, infelizmente, veio a falecer, deixando três filhos maravilhosos que receberam uma grande lição de vida através do homem que ele era. A cidade de Conceição da Feira está orgulhosa pelo filho ilustre, mas triste por perder uma pessoa que tanto ajudou aquele município.

Fica aqui minha nota de pesar pelo falecimento do grande homem público e um querido amigo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Boa-tarde, Sr. Presidente, deputados e deputadas, Galerias, aqueles que estão nos acompanhando aqui, meu vice-prefeito Bruno Reis, que alegria encontrá-lo aqui neste Plenário, volto hoje a esta tribuna para que tenhamos a percepção do que acontece no cenário do Estado da Bahia.

Ontem, tivemos a informação, e foi noticiado em toda imprensa, que o nosso governador Rui Costa estava, realmente, em Vitória da Conquista entregando obras.

Parece piada, não é? Num momento desse, em que vamos ter aqui a única eleição em segundo turno, em Vitória da Conquista, e que vamos ganhar, a Oposição vai sair vitoriosa, não adianta o governador ir lá entregar aparelho de raio X ou o que quer que seja, isso não vai mudar a história. A história não se muda em uma semana, em poucos dias, ele deveria ter pensado nisso durante o tratamento que deu àquela população durante esse período.

Então, em Vitória da Conquista tenho certeza que é um ciclo que se fecha. O ciclo em Vitória da Conquista para o Partido dos Trabalhadores vai fechar as portas no domingo. E a partir daí teremos uma nova era, tenho certeza que o nosso prefeito ACM Neto será, em 2018, o futuro governador do Estado da Bahia. Vocês podem observar que o prefeito ACM Neto transformou e vem transformando a cidade de Salvador, e não vai ser diferente com o Estado da Bahia, que precisa de um governante com as qualidades que o prefeito ACM Neto tem.

Queridos amigos e amigas, ontem o Plenário estava vazio, as pessoas não estavam prestando atenção, volto hoje a informar que dei entrada num ofício solicitando as informações sobre a forma como os servidores do HGE 2 foram contratados. Foi através de alguma empresa terceirizada? A coisa ficou obscura, ficou escondida. Por que não foi feita uma seleção pública para dar oportunidade a todo o Estado da Bahia, para que as pessoas que quisessem, como enfermeiros, fisioterapeutas, administradores, médicos, tivessem a mesma oportunidade? Quem vai trabalhar no HGE, num hospital público, vai estar recebendo dinheiro público e por isso deveria ter a mesma oportunidade como qualquer outro que quisesse prestar serviço naquela unidade hospitalar. Mas não foi isso que aconteceu.

Dessa forma, dei entrada nesse ofício baseado inclusive na lei da transferência pedindo essas informações de quantos funcionários estão contratados e foram contratados, o valor que foi feito, se foi através de uma empresa e qual foi o valor contratado dessa empresa. Hoje se tem a informação que foi através de uma empresa. Até hoje eu não sabia, mas hoje estou achando, isso é achismo, um falou mas ninguém tem certeza, porque isso não foi publicado em lugar nenhum.

O Partido dos Trabalhadores que sempre pregou a ética, a moralidade, a transparência, a democracia não está fazendo aqui no Estado da Bahia, nós precisamos, eu enquanto deputado estadual da Bancada de Oposição, vice-Líder da Oposição, quero, sim, essas informações, que são prerrogativas de qualquer cidadão do Estado da Bahia, quem dirá de um deputado estadual.

Dessa forma, Sr. Presidente, o secretário Fábio Vilas-Boas, esteve no domingo, depois da nossa provocação, visitando o HGE 2. Não precisava. O HGE 2 foi inaugurado na quarta-feira, antes da eleição. Foi visitar para saber como é que estava o hospital. Não faz sentido isso. Ele dizia que estava funcionando 100%. Entrou um vereador da base dele daqui de Salvador, dizendo que estava a 70, 80%, que estava em fase de teste. Eu digo, não sei agora quem está falando a verdade. Ele precisou nesse domingo ir lá fazer a visita, tirar uma fotografia ao lado de um leito. Por que ele não fez um convite a esta Casa suprapartidariamente para que fôssemos lá? Porque não pode. Mas eu enquanto deputado estadual, enquanto médico farei sim essa

fiscalização, estarei *in loco* a fiscalizar de que forma está sendo feito o atendimento no Hospital Geral do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa presente, pessoal das Galerias, os oradores que aqui nos precederam, na verdade, falam da gestão estadual. E o que se constata passados quase 2 anos da atual gestão do atual governador? Criou-se, através do *marketing*, um governo ágil e competente, criou-se a figura de um grande gestor, de um gestor hábil, chamado por eles próprios de correria. A Bahia não viu isso, a Bahia não entendeu assim, e a Bahia deu a sua avaliação nas urnas no dia 2 de outubro próximo passado, quando o nosso interior, quando o interior da Bahia e por si também a capital entendeu o engodo de se criar, através de *marketing*, uma figura pública que não é e não pode ser aceita.

E, aí, os fatos são evidentes. As obras não existem. As ações do Estado não existem. A capital tem, como sua maior característica, o turismo. E o Centro de Convenções da Bahia, há 12 anos, encontra-se em estado precário.

E quanto à CPI proposta por nós, ela é, sim, legal, ela é atual e ela é, acima de tudo, consequente. Vejam, gastar R\$ 40 milhões em uma obra sem a licença para construir e caso essa obra venha a desabar, não há fato que justifique mais uma CPI do que isso!

Mas não fica por aí.

Estamos aqui na capital.

Mas as estradas interioranas estão abandonadas. Há a estrada que liga Ouriçangas a Aramari. Nessa estrada, 200 estudantes daquela região, que sempre vão a Alagoinhas, foram assaltados há duas semanas por meliantes que se aproveitaram do estado precário da referida estrada. E, no entanto, o governo do Estado não se manifesta com relação a isso.

O governador, criado através do *marketing*, vai às escolas, visita as escolas, mas nada produz, pois resultados não existem, porque faltam professores, falta estrutura básica, falta o pagamento aos terceirizados que estão nas ruas a cobrar os seus direitos.

E a saúde? O que dizer da saúde? Bem, isso para não falar, agora, da falta de estrutura da segurança pública no Estado. Eu fiquei estarrecido durante esta semana com um fato ocorrido em minha região. Um paciente da minha cidade foi a Vitória da Conquista e, lá, recebeu uma portaria assinada pela diretora-geral e pelo diretor técnico do Hospital Geral de Vitória da Conquista. Não irei ler toda a portaria, porque é grande, mas o seu teor é o seguinte.

(Lê)“(...) *Em decorrência da superlotação do Pronto Socorro do HGVC...*

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a restrição aos atendimentos a pacientes em emergências clínicas e cirúrgicas de classificação de risco vermelho (diagnóstico de Traumatismo Craniano Encefálico – TCE – moderado e grave, Traumatismo Raquimedular – TRM, fratura exposta, obstrução vascular aguda, traumas vasculares e equivalentes em complexidade e inequívocas patologias cirúrgicas agudas oriundas de trauma ou infecção).”

Estão, neste documento, estão materializados a falta de gestão e a falta de compromisso, onde a direção do hospital, o médico do serviço público, tem de escolher quem vai viver e quem vai morrer, porque a superlotação é motivo para que o governador assim o determine. Que se faça uma triagem! Que se faça uma restrição! Que se defina, através da falta de recursos, quem vai viver ou quem vai morrer!

Esta imagem foi criada pelo *marketing* e as urnas a repudiou! Esta imagem precisa ser exposta, precisa ser levada às ruas, precisa ser lavada ao povo para que a gestão possa ser aquilo que o baiano quer, aquilo que o baiano merece, aquilo que o baiano necessita!

Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Robinho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde, presidente, boa-tarde, colegas.

Minha deputada, tudo joinha? Estou sentindo falta daquele seu *blazer* vermelho.

Quero aproveitar a oportunidade para relatar aos colegas os acontecimentos que vêm ocorrendo no município de Buerarema. Tive a honra de receber, em meu gabinete, ontem, o prefeito eleito de Buerarema, Vinícius, e o ex-prefeito, seu pai, Orlando. Nesse encontro, o prefeito Vinícius relatou o sofrimento da cidade de Buerarema e de todo o seu entorno.

É de conhecimento de todos, da Bahia e dos deputados, o fato de pessoas, que se intitulam indígenas, invadirem as propriedades dos pequenos produtores. Essas agressões causam uma instabilidade muito grande naquela região.

Quero, aqui, neste Plenário, pedir ao governador e aos deputados para fazermos algo, a fim de que pudéssemos dar uma atenção especial àquele problema. Entendemos a importância de preservar os índios e o seu espaço. Mas nós, também, entendemos que a cidade de Buerarema tem a sua vida para dar continuidade. Os pequenos produtores precisam continuar com as suas propriedades.

O Estado está ausente no município de Buerarema e em seu entorno.

Vejam, há as constantes intervenções do Estado na BR-101 que atrapalham o trânsito, os transportadores, os caminhoneiros. E, constantemente, os moradores estão ali para fechar a passagem de veículos na BR com o intuito chamar a atenção das

autoridades.

A população de Buerarema, nas eleições passadas, não por questão política, mas por questão de indignação e de revolta, votou contra o governo do Estado; mostrando ali, não que não quer o governo do Estado, mas externou, sim, a sua indignação para com o governo estadual.

Em Buerarema, o governador Rui Costa e a presidente Dilma perderam as últimas eleições por unanimidade. Isso ocorreu, não porque queriam votar contra o governador e votar contra a presidente, mas queriam mostrar, ali, a ausência do governo no município de Buerarema e sua região com relação aos que se intitulam índios, pois esses últimos invadem, roubam e assassinam. Então se formou uma instabilidade muito grande naquela região.

Quero pedir ao governo para o mesmo dar uma atenção especial para este problema. Quero colocar isso de público para todos os colegas deputados tomarem conhecimento e, quem sabe?, possam se inteirar mais a fundo acerca deste problema que está acontecendo na cidade de Buerarema.

Quero deixar um abraço ao prefeito eleito, Vinícius, ao seu pai, também ex-prefeito, Orlando. Espero que o senhor, Orlando, passe a sua experiência a Vinícius e ele possa, com sua jovialidade, marcar uma audiência com o governador do Estado, a fim de se buscar uma solução para diminuir os problemas daquela região.

Um abraço a todos!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi, aqui, algumas falas, inclusive a do meu querido companheiro e deputado Luciano, quando disse que o nosso governador é fruto do *marketing*. Eu acho que o senhor está um pouco equivocado. O governador da Bahia não é dono da *Rede Bahia* e de outras redes de comunicação, como rádios e TVs, pelo interior afora. Então arrume o seu discurso, porque esse, aí, não cola. O governador é correria mesmo, porque trabalha muito e tem feito muito pelo nosso Estado.

Quanto ao respeito acerca do resultado das urnas, a gente, também, tem, deputado.

Mas, quanto ao resultado da eleição em minha cidade, por exemplo, a gente tem questionado. V. Ex^a sabe que, lá, nós disputamos as eleições com o crime organizado, pois quem ganhou as eleições lá estava ligado a todas as coisas erradas que circulam em torno do jogo do bicho. E a gente sabe que tem alguma coisa naquele resultado que precisa ser esclarecido. Camaçari já foi a cidade rainha da fraude eleitoral. Espero que não seja mais assim.

Senhor Presidente, tenho, em mãos, um artigo com o título *Desvendando Moro*

de autoria do renomado professor Rogério Cezar de Cerqueira Leite da Unicamp. Infelizmente, não dará tempo de fazer a leitura completa deste artigo e, por isso, peço a sua inclusão nos Anais desta Casa. Mas eu queria fazer a leitura de duas frases do artigo que eu as achei muito interessante quando ele mostra ao povo brasileiro... Inclusive, o jornal *A Tarde*, em 11 de outubro, fez o comentário principalmente pelo estresse e pela reação do todo-poderoso, hoje, esse juiz Sérgio Moro que se acha acima de qualquer suspeita.

Achei muito interessante quando o professor Rogério Cezar diz para o juiz ter cuidado, e o compara ao italiano Savonarola. Este último foi utilizado pelo Papa e pelas forças reacionárias durante o século XV e, depois de usado, foi queimado e morto na fogueira. Assim o DEM e o PSDB têm feito com o Moro e, depois, o descartarão.

Enquanto Lula e o PT sobreviverem, sabemos que Moro terá vez. Depois que passar esta fase, que não deve demorar, o propósito das elites é destruir a nossa maior liderança nacional. Mesmo assim, cada vez que eles atacam Lula, ele cresce, assim como o nosso partido.

Quanto a isso, nós sabemos que a história será recontada, mostrará a diferença e, relatará, realmente, o que aconteceu. Vejam, esta não é a primeira vez que acontece esse tipo de fato na história do Brasil. Vimos isso com Getúlio Vargas. Vimos isso com João Goulart. As elites não toleram o que o PT fez durante esses 13 anos e articularam o golpe que está dando certo. Eles ganharam. O povo brasileiro já está começando a reagir.

Quero citar, também, as ocupações, feitas pelos estudantes, nas universidades e nas escolas no Brasil e elas estão em torno de 1.000 escolas, 75 universidades, 85 institutos federais. Todos eles estão reagindo contra a aprovação da PEC nº 241 que está sendo chamada de “PEC do fim do mundo”. Nós sabemos o que este governo ilegítimo e usurpador está fazendo no Brasil em relação aos direitos trabalhistas e aos direitos sociais que foram, duramente, conquistados durante esses anos.

Esta questão da perseguição a Lula, também, ficará clara. Sabemos que a verdade será evidenciada no momento adequado.

Neste minutinho que me resta, quero, também, fazer uma moção de congratulação pelos 33 anos de existência da Escola Olodum. Todos conhecem esse projeto. O Olodum, realmente, é um patrimônio do nosso Estado. Hoje, o Olodum é um patrimônio nacional e internacional pelo seu trabalho de inclusão e por retirar das ruas crianças que não têm condições ou que estão em situação de dificuldades com suas famílias, vivendo em situação precária, e são acolhidas pelo Olodum. Tal projeto tem evidenciado tantos talentos e tantos resultados importantes, principalmente na área cultural, que é o seu propósito principal.

Muito Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Targino

Machado pelo tempo de 5 minutos. Depois, falará o meu amigo Sandro.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, senhores presentes nas Galeria da Imprensa e Galerias Paulo Jackson, funcionários, todos os que nos assistem pela *TV Assembleia*, quero apresentar, novamente, desta tribuna a minha indignação pela confusão que se criou neste País, principalmente no Nordeste, em razão da decisão precipitada, açodada e atrapalhada do Supremo Tribunal Federal no que concerne à apreciação da constitucionalidade ou não da lei que disciplinava vaquejada no estado do Ceará, produzindo efeitos para o resto do Brasil. Isso foi uma lambança sem precedentes no Poder Judiciário brasileiro.

Às vezes, V. Ex^a, deputado Luciano Ribeiro, que é advogado, dedicado e vocacionado, há de admitir que, infelizmente, esse não é o único caso de lambança do Judiciário. Esta Casa aprovou, nos idos de 2014, uma lei. Quem assinou essa lei, inclusive, foi o presidente do Tribunal de Justiça, que se encontrava no exercício do cargo de governador do Estado da Bahia à época. É uma lei que determina que ficam criados, no Poder Judiciário, 8 cargos de desembargador e 34 cargos de juiz substituto para a Câmara do Oeste.

Hoje, o sentimento, em qualquer meio, não é de centralização, mas sim de descentralização. Ocorre isso, inclusive, na saúde, onde já não se visa hospitalizar o paciente e, sim, trabalhar para a desospitalização. Hoje, já não existem os manicômios judiciário que trucidavam, com rudeza, com maus-tratos, os doentes com deficiência psíquica. Hoje, existem os centros de apoio psicossocial, descentralizando o tratamento e humanizando. E todas as vezes que se descentraliza um serviço se vai ao encontro dos anseios daquele que é consumidor daquele serviço. Foi dessa forma que foi pensada a Câmara do Oeste.

Confesso aos senhores que trago no coração, hoje, muita tristeza e preocupação, porque foi um dos únicos atos do Poder do Judiciário da Bahia que me orgulho. Quando fala em Poder Judiciário no Brasil, lembramos de leniência, de tolerância, de morosidade, de justiça tardia. E justiça tardia não é justiça. Lembramos de que a Justiça com a sua morosidade só favorece ao réu, não favorece ao acusado. O acusado, enquanto paira contra ele o dedo da acusação, torna-se réu junto à população.

E agora, o que é que se vê? O Poder Judiciário querendo extinguir essa Câmara que tanto iria servir ao jurisdicionado do Oeste; que tanto iria servir, inclusive, aos operadores do direito. Como seria descentralizado, não teriam de gastar dinheiro indo e vindo para Salvador, economizando, inclusive, para as partes.

Tudo isso está sob pena e perigo de acabar. Isso porque os senhores desembargadores do Tribunal de Justiça – capitaneados, Deus sabe por qual interesse ou quais interesses – querem acabar aquela Câmara. Para a tristeza da Bahia, dos baianos e deste Poder Legislativo, que foi enganado. Eu vou mostrar aqui, na lei seguinte, como é que foi enganado, Sr. Presidente. Eles criaram os cargos para a Câmara – os 8 desembargadores e 34 juízes – numa lei que passou, entre aspas “inocente”, despercebida nesta Casa. Eles colocaram uma palavrinha, um verbo: “podendo”, condicionando. Dizendo que os cargos que foram criados para a Câmara

poderiam servir para atuar na Câmara. Isso numa lei seguinte: a Lei 21.041. Isso é imoral, é ilegal. Enquanto o Supremo fica cuidando das vaquejadas, esquece das crianças sem teto, dos pais de família embaixo dos viadutos, sem comida, sem saúde, sem educação. Esquece que rudeza e crueldade com os animais ocorrem inclusive nos *petshops*, onde as madames criam os seus cachorrinhos e gatos. Viajam para a Europa e hospedam os animais naquelas gaiolas dos *petshops* por 15 dias, 20 dias, 30 dias, e os animais lá sob estresse.

Então, vamos acabar com os *petshops*, vamos acabar com a festa do peão boiadeiro, vamos acabar com a atividade carroça. Não é crueldade também os animais puxando as carroças? Vamos acabar.

Sr. Presidente, agradeço pela tolerância. Vamos acabar neste país com a hipocrisia. Não existe meio ladrão, não existe meia gravidez, não existe meio discurso, não existe meio político, não existe meio juiz, nem meia sentença.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pelos 4 minutos restantes, deputado Antônio Henrique. Com a tolerância, 5 minutos.

O Sr. ANTÔNIO HENRIQUE:- (Lê):- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, senhores e senhoras, boa-tarde!

Em primeiro lugar, quero expressar o meu respeito à autonomia do Tribunal de Justiça da Bahia e às decisões emanadas do Plenário daquela Corte.

Entretanto, na condição de parlamentar comprometido com os anseios da população baiana, sobretudo a população da região Oeste do Estado, não posso deixar de manifestar a minha insatisfação com a resolução do Tribunal de Justiça da Bahia que, na última sexta-feira, desativou a Câmara Especial do Extremo Oeste.

Senhor Presidente, nos últimos meses participei de manifestações pró-manutenção da Câmara do Oeste promovidas pela sociedade civil organizada, inclusive pela OAB – Subseção Barreiras.

Em companhia do Prefeito Antônio Henrique visitei o desembargador Jatahy Júnior e mantive contatos com outros desembargadores em busca de apoio para a nossa causa.

Encaminhei ofícios ao governador Rui Costa e ao vice-governador João Leão pedindo a manutenção da prestação jurisdicional de segundo grau para mais de 30 comarcas do Oeste baiano.

Aqui mesmo, no Plenário desta Casa Legislativa, que aprovou a criação da Câmara do Oeste, busquei unir forças para tentar sensibilizar os integrantes do pleno do Tribunal de Justiça.

Na ocasião, foi elaborada uma solicitação conjunta, assinada por 47 deputados que foi entregue pessoalmente por mim, pelo deputado Pablo Barrozo e pelo presidente da OAB/Barreiras, Dr. Alessandro Brandão à desembargadora Maria do

Socorro Barreto Santiago, presidente do Tribunal de Justiça.

Apesar do esforço conjunto, todas as tentativas foram em vão. Não conseguimos modificar o entendimento da Presidente e da maioria dos Desembargadores.

E, para nossa decepção, foi aprovado o ato de desativação, supostamente temporário, da Câmara do Oeste. O que – no nosso entendimento – é um retrocesso para o judiciário baiano.

Com todo o respeito, senhor presidente, não podemos concordar, com o frágil argumento de contenção de gastos para a interrupção dos serviços judiciais de segundo grau para atender mais de um milhão de pessoas que vivem distante quase mil quilômetros da capital do Estado.

Senhor presidente, colegas deputados e deputadas, diante da realidade dos fatos, o que nos resta é lamentar o fechamento da Câmara especial do Extremo Oeste. Perdemos uma batalha, mas a luta continua pois cremos na possibilidade de uma justiça eficaz, capaz de atender a todos de forma rápida, econômica e eficiente.

É com esse espírito que fazemos uma citação especial à postura das Desembargadoras Silvia Zarif e Regina Helena Ramos Reis, dos Desembargadores Lidivaldo Britto e Baltazar Miranda Saraiva, e o Corregedor Geral de Justiça, Desembargador Osvaldo de Almeida Bonfim, que se manifestaram favoráveis à manutenção da Câmara do Oeste.

Prestamos também nosso reconhecimento ao ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargador Eserval Rocha, responsável pela implantação da Câmara do Oeste, por entender que a descentralização da justiça garante direitos constitucionais e traz consigo um valor socioeconômico de grande relevância para o desenvolvimento regional.

Finalizando, senhor presidente, reafirmando nossa esperança de que, agora, o Tribunal possa priorizar uma estrutura melhor da justiça de primeiro grau no Oeste baiano.

Mas, considero pertinente lembrar um trecho do voto fundamentado, do desembargador Baltazar Miranda Saraiva, contrário à Resolução para desativação temporária da Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano na Sessão Plenária Administrativa do dia 21/10/2016.

'Outra justificativa que não se pode aceitar é atribuir à Câmara do Oeste a impossibilidade de se aumentar o juizado de primeiro grau. Uma coisa nada tem de similar com a outra. Se aumentarmos o número de juizes de primeiro grau aumentaremos, também, o número de recursos que serão interpostos. Daí a pergunta: quem julgará esses recursos?'

Diante do exposto, tomo a liberdade de apresentar a este plenário, o mesmo questionamento do desembargador Baltazar Miranda Saraiva, que teve o mérito de ser designado o segundo Presidente da Câmara especial do Extremo Oeste Baiano, mesmo que por breve espaço de tempo.

Obrigado pela atenção. Boa-tarde!”

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, do PT, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidores, visitantes, hoje nós discutimos, aqui, a pauta desta sessão. Há um entendimento por parte do Líder da Maioria e do Líder da Minoria no sentido de criar as condições necessárias para que possamos votar esse projeto de lei de iniciativa do Executivo, que regulamenta as diversas questões que dizem respeito à Polícia Militar e às suas ascensões internas. Eu espero que, hoje, possamos dar uma demonstração de construção de unidade, para garantirmos de todos os segmentos a possibilidade de ter essa instituição com um regramento que atenda, de fato, aos interesses dos diversos componentes dela, desde o soldado até o coronel, a última patente. Dessa forma, poderemos, de fato, fazer com que esse segmento se sinta realizado nas suas expectativas de regramento feito pelo governo do Estado da Bahia.

Eu também não poderia deixar – trabalhei muito para que esse consenso acontecesse – de chamar a atenção de que o debate sobre a nova lei eleitoral se torna, deputado Fábio Souto, singular neste momento. Presenciamos um processo eleitoral em que tivemos uma disputa extremamente diferenciada dos outros períodos eleitorais. Tivemos uma eleição mais curta, com limitações das informações, ou, quem sabe, do tempo correto de debate das informações, mas também tivemos atores que influenciaram no processo eleitoral. O financiamento de campanha... É necessário debatermos um novo financiamento de campanha, porque essa campanha... Vi, de fato, o governador Rui Costa, o senador Otto Alencar e diversos parlamentares da Oposição e do Governo, lamentando a interferência do financiamento de campanha através de dinheiro que não sabemos a origem e de uma forma onde o caixa dois ficou extremamente evidenciado nessas eleições de 2016. Portanto, precisamos construir um mecanismo para que possamos ter uma eleição de fato equilibrada, com um financiamento dando a todos a possibilidade de disputá-la numa mesma condição.

Por outro lado, fiz nesta tribuna uma denúncia sobre a atuação de gente das Polícias Militar e Civil que, obviamente sem a orientação do comandante nem do delegado-chefe, estava a serviço de alguns agrupamentos políticos em algumas cidades. Aconteceu em Almadina, onde 3 policiais foram presos e levados para o quartel porque estavam de arma em punho entrando de casa em casa a serviço duma determinada parte da disputa eleitoral lá naquela cidade.

Quero parabenizar o comando da PM, que tentou coibir esse tipo de procedimento, mas é necessário que ele acabe com isso. Aquele policial militar que queira disputar um processo eleitoral tem de se inscrever e fazer a disputa que a

legislação permite. Porém, fora disso, ele deve servir à sociedade como um todo, sem tomar posição partidária e não influenciando, como influenciou recentemente agora neste pleito.

Meus queridos deputados e deputadas, deputada Luiza Maia, quero chamar atenção para o que aconteceu esta semana no Senado Federal e lamentar o episódio. Questionou-se a situação da Polícia Legislativa em fazer averiguações na casa de senadores e senadoras com relação à possibilidade de escutas clandestinas. Tenta a grande mídia passar uma sensação, deputado Bobô, de que estavam aqueles policiais na tentativa de obstruir a ação da Justiça. Mas defendo que qualquer parlamentar possa ter a sua residência e o seu gabinete em condições de verificar se têm ou não escutas ilegais, porque ninguém aqui nem lá em Brasília pode saber se determinadas escutas eram legais, ou seja, autorizadas pela Justiça. É o que se comenta a respeito deste assunto. Como podem os senadores saber se essa ou aquela escuta era legal? Ora!

Quero me solidarizar com S.Ex^{as} e o presidente do Senado, que tem questionado a forma como foram tratados os policiais numa atividade que é rotineira do Congresso Nacional. E deve ser assim com todos, porque os parlamentares, deputado Alex Lima, estão suscetíveis às escutas ilegais. Vários já foram escutados. E essas escutas levam a chantagens, a certas situações que fazem com que eles tenham a necessidade de verificar a cada determinado período os seus telefones, as suas residências para saberem se não está havendo escutas ilegais.

Mas trataram de divulgar na mídia que se estava tentando obstruir a Justiça quando se fez varredura naqueles locais. Ora, qualquer executivo toma tal precaução em qualquer lugar do mundo! É assim que funcionam as empresas! Estive na Petrobras, e lá também é assim, como em todas as outras empresas! Os executivos têm o direito de a cada 90 dias ou 6 meses - depende muito do regramento de cada empresa - solicitar varreduras em suas residências e nos seus locais de trabalho para evitarem que essas escutas levem informações importantes das empresas, numa contrainformação para pegar determinadas notícias e informes que são fundamentais para o desenvolvimento de uma empresa. Então, por que é ilegal fazer assim também com os parlamentares?

Então, quero defender o direito dos parlamentares a ter os seus gabinetes e as suas residências examinados para que sintam a tranquilidade de saber que aquilo que eles e as pessoas ao seu redor estão falando não está sendo objeto de escuta ilegal nem será utilizado de uma maneira equivocada ou distorcida. Por isso, afirmo daqui desta tribuna a posição de que não podemos permitir que situações como aquela que aconteceu lá na capital federal venham a se repetir, sob a alegação de que é obstrução à Justiça, até porque ninguém sabe, ninguém tem conhecimento das decisões do Judiciário em relação à colocação de escutas, principalmente nesse episódio do Senado Federal que agora tomou as páginas tanto dos jornais brasileiros quanto internacionais.

Minha querida deputada Ângela, ainda ontem até tarde eu estava acompanhando a discussão no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados sobre a

regulamentação da área de petróleo no Brasil. E fiquei triste quando vi a maioria dos deputados naquela Casa - com raras exceções nos partidos ou só quando ocorria de algum parlamentar desgarrado se posicionar contrário à entrega do patrimônio nacional ao capital internacional - se posicionando a favor disso, sob a ótica de que era preciso restabelecer o equilíbrio da Petrobras, que estava criando a oportunidade de entregar a exploração do petróleo na área do Pré-Sal a empresas multinacionais. Isso realmente nos deixa num entristecimento muito grande, porque entregar aquilo que no mundo inteiro é mais nobre hoje no segmento energético é não ver que ainda não existe no Planeta nada em condição suficiente para substituir o petróleo na geração de energia. Nós estamos dando às empresas multinacionais a oportunidade de levar - sem controle, inclusive - a exploração de petróleo na área da maior descoberta desse combustível nos últimos tempos no mundo.

Eu lamento - lamento! - que alguns parlamentares estejam servindo aos interesses estranhos ao nosso País. Nessa segunda-feira até tarde se votou - uma votação significativa, com maioria extremamente avantajada - algo contrário aos interesses da Nação brasileira!

Se foi para isto que este governo deu um golpe na presidenta Dilma... Eu não tenho dúvida que foi, e também para se submeter mais uma vez àquilo de que nós estávamos livres: o Fundo Monetário Internacional! E nós nos orgulhamos em dizer que estávamos livres do FMI! É por isso que a PEC 241, que está sendo aprovada neste momento no Congresso Nacional, não tem nenhum objetivo de dizer que vai fazer o equilíbrio das contas públicas, porque ninguém faz controle de gastos através de lei. Controle de gastos se faz através de gestão, de transparência, de investimento concreto, de não ter desvio do dinheiro público. É assim que se faz controle de gastos! E nós estamos mudando a Constituição Nacional. Apenas o objetivo não tem nada a ver com controle de gastos. O objetivo é de demonstrar e sinalizar para o mercado internacional, que o Fundo Monetário Internacional agora vai controlar as contas do Brasil. E que se pode vir investir aqui, porque o investimento que será feito aqui vai acontecer como no passado, terão as garantias, porque, nos últimos anos, com a ausência do Fundo Monetário Internacional, quem quisesse investir no Brasil que viesse, mas a responsabilidade pelos seus investimentos era de cada um.

Agora, o objetivo é garantir que as empresas venham para cá, mas elas terão a garantia de que não haverá prejuízo, porque a União vai bancar as condições sob o controle do Fundo Monetário Internacional. Nem que para isso tenha que diminuir os investimentos na área social; nem que para isso tenha que fazer uma reforma da Previdência que vai tirar os direitos dos diversos servidores e servidoras, ou mesmo, dos trabalhadores da iniciativa privada que pagaram durante muitos anos na expectativa de terem a sua aposentadoria, e o direito de receberem pelo resto da sua vida, aquilo que investiram durante tantos anos.

E essa é uma reforma, e não sou daqueles que acham que não tenha que ter uma reforma na Previdência, tem que ter uma reforma sim, mas não pode ter uma reforma da forma como está sendo proposta, para que ela possa, rapidamente, acontecer, tirando direitos da maioria dos trabalhadores brasileiros, principalmente, daqueles que

já estão na expectativa da sua aposentadoria.

O que se está passando no Congresso Nacional é um debate com relação à diminuição dos investimentos na área de habitação popular. Já se tomaram algumas medidas, agora, quem tem menos de 3 salários mínimos jamais terá oportunidade de ter uma casa própria dentro do programa que o Governo Federal fez, e agora, deixa de fazer. Porque passa a ser um plano para outro segmento, e não para a população que precisava e que precisa da casa própria. É isso, deputado Bira Corôa, que estamos presenciando no cenário nacional.

O Sr. Bira Corôa:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- E, aqui, vejo alguns parlamentares, muitos deles desinformados, pedindo uma CPI para o Centro de Convenções da Bahia, porque foram feitos alguns investimentos no Centro de Convenções da Bahia e precisa de uma CPI. Ora, meu Deus!

Agora foi contratada uma empresa para fazer a demolição do Centro de Convenções, e aqui alguns diziam que teria que ter um novo Centro de Convenções, mas agora mudaram o discurso, não é mais o novo Centro de Convenções, é uma CPI para esse Centro de Convenções.

Ontem, aqui, até brinquei com o deputado Sandro Régis, parece que estamos vivendo em um outro Estado que não o Estado da Bahia, para não compreendermos que aquele Centro de Convenções naquela localização está fora de todas as condições de investimentos e de atendimento na área do turismo da cidade de Salvador. Para os grandes eventos já não comporta, requer um outro tipo, um equipamento mais moderno, com outras condições, como acontece no mundo inteiro e, recentemente, no Estado do Ceará.

Lamento, porque às vezes perdemos aqui muito tempo debatendo o nada, quando temos a oportunidade de debater aqui a reforma política, porque a gente precisa que a sociedade entenda, e a sociedade vai às ruas para defender esse projeto que, das reformas, talvez seja o mais importante para a sociedade brasileira.

E a gente fala aqui de corrupção... quando eu estava subindo vi alguém falando do Partido dos Trabalhadores, meu querido deputado Bira Corôa. Parece que o Partido dos Trabalhadores é uma facção criminosa, e que tem como coordenador o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

E, aqui, quero dizer que poucos vêm aqui falar de partido, porque a maioria dos partidos está enlameado no processo de corrupção! Vários parlamentares dos diversos partidos estão envolvidos nessa situação e não vêm aqui falar do partido deles envolvidos nas diversas... Então, se é generalização, a generalização deve ser de todos os partidos. Por que só o Partido dos Trabalhadores? Eu não quero passar a mão em ninguém! Não quero passar a mão em ninguém, deputado Marcell Moraes, que divide o tempo como deputado estadual e que teve uma atuação brilhante como vereador da cidade de Salvador. Vejo-o sempre nas páginas dos jornais debatendo as questões, juntamente com Léo Prates, sobre o futuro da nossa brilhante Salvador.

Então, deputado Bira, quero trazer esses debates aqui para a Casa, para que

possamos melhorar, qualificar o debate e não ficar em cima de uma discussão, às vezes estéril. Temos a obrigação como parlamentares, de levar à sociedade baiana e à sociedade brasileira as nossas opiniões. Queria saber sobre a opinião dos diversos deputados em relação ao episódio no Senado Federal, para que pudéssemos fazer esse debate com transparência, com muita tranquilidade. E não estou falando porque a maioria desses locais não foi do meu partido, mas quero assumir uma posição de que precisamos valorizar a política, que tem sido tratada de forma secundarizada.

Com o aparte o deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Quero parabenizá-lo, nobre deputado Rosemberg Pinto, pelo pronunciamento nesta tarde no dia de hoje, em especial pela avaliação que faz. A conjuntura política no País, no nosso Estado e nos demais Estados e municípios desta nossa federação, tem que sofrer uma avaliação profunda, mesmo porque a tendência natural mediante a intervenção do Supremo Tribunal, dos poderes da Justiça e da mídia, é de exclusão, de extinção das funções e das ações políticas, e das representações pelo Parlamento constituído. Porque criaram uma vala, e jogam todos e todas nessa vala comum, onde a sociedade já trata a condição de político, marginalizando.

Então, quando V.Ex^a chama a atenção para o posicionamento do Senado Nacional, quando chama a atenção para a condição da disputa ideológica que está montada a partir de um golpe estabelecido neste País, que afasta uma presidenta eleita com 54 milhões de votos dos brasileiros, em detrimento da condução política da Nação por um impostor e, conseqüentemente, impõe mudanças que ferem a Constituição, que vão de encontro às leis estabelecidas neste País e que castram, tiram direitos constitucionais de trabalhadores e trabalhadoras, e mudam o curso do desenvolvimento e da aplicação de recursos neste País, direcionando para os mais favorecidos.

Por isso, quero dizer da satisfação do seu pronunciamento no dia de hoje e de quanto necessitamos de fazer reflexões com a profundidade que V.Ex^a tem apresentado.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Quero incorporar e agradecer as palavras do deputado Bira. Também dizer ao deputado Sandro Régis, que desse tema que pautei sobre a reforma política que acabou agora, nesse momento, de ser criada, na Câmara Federal, a Comissão Especial para a Reforma Política. Como presidente o deputado Lúcio Vieira Lima, e como relator da comissão o deputado Vicente Cândido, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. Ou seja, nós temos, deputado Luciano Simões, agora, a oportunidade de fazer um debate, inclusive acho que V.Ex^a, do PMDB, deve propiciar e acho que aqui devemos retomar aquela comissão da reforma política, que era presidida pelo nosso querido deputado Reinaldo Braga, para que possamos voltar a debater esse tema, que é fundamental para a sobrevivência da política, meu querido Carlos Geilson.

E espero, já que vamos ter como presidente um parlamentar baiano, que possamos fazer aqui um grande evento em que todos possam emitir suas opiniões, suas propostas, para que se possa ter uma reforma política que, no mínimo, apresente

saída para o financiamento de campanha, para a composição da disputa, e para sairmos dessa eleição individualizada para uma eleição de partido, com o objetivo de fortalecimento dos partidos. Acabar um pouco com essa situação excepcional das coligações proporcionais. Ou seja, criar mecanismo para que possamos dar à política a sua funcionalidade e o seu papel como um instrumento de geração de debates e de condição de resolver os problemas da sociedade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, quero deixar, aqui, registrada a nossa opinião. E essa é um pouco a síntese do que pensa o nosso partido aqui, na Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou o representante do PDT para falar ou indicar, orador pelo tempo de 8 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar orador, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará o deputado Zé Neto, Líder do Governo do Estado da Bahia, pelo tempo total.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia*, hoje temos uma tarefa importante para ser tratada na Casa, e queria, de antemão, agradecer a todos os deputados pela presença nos debates em torno das questões relacionadas aos dois projetos de leis que tratam do alinhamento de carreira da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, especialmente aos deputados Prisco, pela Oposição, e Isidório, do Governo, e demais deputados, porque muitos participaram. Diversos deputados deram opinião nesses projetos.

Não esquecendo do papel fundamental da Secretaria da Segurança Pública e também do comandante-geral da PM, coronel Anselmo, e o coronel Teles, dos Bombeiros, que tiveram a sensibilidade de conversar com as associações, de ouvir os deputados desta Casa, de relacionar os temas e de compreender os anseios dos diversos setores da PM e também do Corpo de Bombeiros.

O deputado Isidório, inclusive, foi várias vezes ao meu gabinete, colocando as dificuldades existentes, e que foram transpostas.

E vejo, hoje, um ganho extraordinário na medida em que... evidentemente que não teríamos como encontrar soluções que agradassem 100%, porque sempre existia a dificuldade do tamanho do cobertor, por conta de que as demandas que estavam postas tinham situações que, historicamente, foram-se acumulando, mas, com todas as dificuldades, o diálogo venceu, prevaleceu a boa relação entre as associações, a Casa

Legislativa, a Polícia Militar, os Bombeiros, a Secretaria da Segurança Pública.

E nós encontramos um eixo para levar adiante esse projeto que vai, com certeza, melhorar as condições dos policiais e dos bombeiros do nosso Estado. Tanto PMs como bombeiros vão ter, daqui para a frente, uma situação mais confortável e com mais tranquilidade para o exercício profissional e com critérios muito mais justos e atualizados.

Portanto, estaremos, por esta tarde, trabalhando com vistas a fechar os termos finais desse projeto e, com certeza, faremos com que a Bahia possa receber essa importante vitória do diálogo, do bom senso, e vitória da compreensão necessária para a melhoria da qualidade de vida dos PMs e dos bombeiros do nosso Estado, da qualidade profissional e da modernização das relações internas, administrativas e funcionais dessas duas importantes corporações da Bahia.

No mais, queria, Sr. Presidente, lembrar das dificuldades porque, neste momento, passa o nosso País, passam a economia e a política, e rogar que tenhamos nesta Casa Legislativa sempre momentos como os que se passaram nessas últimas duas semanas. As disputas políticas vão acontecer e fazem parte do dia a dia, mas o bom senso tem que estar presente nas discussões, nos debates e no dia a dia da Casa Legislativa. Espero que seja esse o norte e possamos, aqui, nos embates, nas diferenças e nas diversas conotações do pensamento encontrar sempre um horizonte do consenso, do acordo e dos interesses do povo baiano.

Que essa capacidade de fazer gestões, de manter diálogos e de ultrapassar as diferenças esteja presente no dia a dia da nossa Casa Legislativa para que até o final do ano possamos mostrar à Bahia o quanto é importante para este Estado ter uma Casa Legislativa amadurecida.

Inclusive, deputado Adolfo Menezes, nesta semana vi uma mensagem do *WhatsApp* que circulou na minha cidade. Era para que as pessoas assinassem uma lista. E essa lista do “zap”, deputado Fábio Souto, dizia para se acabar com a aposentadoria dos políticos, acabar com o 14º e o 15º dos políticos, e que todos os políticos tivessem que cumprir a Lei da Ficha Limpa.

Deputado Targino, nossa Casa Legislativa foi a primeira do Brasil a aprovar a Lei da Ficha Limpa, e temos que nos orgulhar disso e esclarecer.

Em 1995, acabou-se aqui a aposentadoria de políticos. Hoje, somos todos da previdência geral; contribuo com o INSS, e V. Ex^{as} também. Aqui, na Bahia, nenhum deputado se aposentará com aposentadoria especial. Ao contrário, terá que cumprir as regras do INSS, inclusive dos tetos máximos. O teto máximo da aposentadoria de um deputado é o teto máximo da aposentadoria de qualquer trabalhador brasileiro. E pagamos ao INSS de forma comum, sem nenhuma especialidade.

E outra, o 14º e o 15º, eu fui o autor do projeto que acabou com eles, assim como o Projeto do Ficha Limpa teve como autor o deputado Elmar, e eu fui o coautor. E os deputados baianos não recebem 14º e 15º.

A nossa assembleia tem que ter tranquilidade para explicar no dia a dia que esta Casa Legislativa tem cumprido um papel importante em nível nacional: fomos nós

que primeiro anunciamos a Ficha Limpa.

E, aqui, também temos uma lei que diz respeito à contratação de parentes. Também inovamos, em nossa Casa Legislativa não é possível a contratação de parentes próximos, graças à norma aprovada à unanimidade nesta Casa, há, aproximadamente, 5 anos.

Portanto, tenhamos sempre a condição de entender que, neste momento da vida pública, temos a obrigação de cumprir o nosso papel, a obrigação de fazer as disputas que têm que ser feitas no dia a dia, porque é uma obrigação nossa oxigenar o processo democrático a partir das disputas que são naturais para buscarmos o melhor para o Estado. Façamos aqui as disputas políticas que também fazem parte desse elenco de situações que dizem respeito à nossa democracia. Mas temos, sim, que mostrar quando acertamos.

E hoje digo a V. Ex^{as} que estamos terminando o texto final do projeto. E quando a Oposição e o Governo sentam com maturidade e olham para os interesses de duas importantes corporações, no caso, a Polícia Militar e os Bombeiros, e encontram soluções que confirmam os interesses de forma mais consensual, temos que nos alegrar e fazer com que situações como essa sejam sempre um norte importante para os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Nos próximos minutos, estaremos conversando com a Oposição para finalizar os últimos pontos desses importantes projetos que, com certeza, são um ganho para a Polícia Militar e para os Bombeiros.

E não posso deixar de agradecer, mais uma vez, a todas as deputadas e deputados que puderam colaborar na elaboração dos textos, especialmente ontem, quando os deputados Isidório e Prisco participaram, pela manhã e pela tarde, de uma demorada reunião com diversas associações, com o comando-geral, com representação da Secretaria da Segurança Pública.

E não deixar de agradecer, também, ao governador Rui Costa e ao secretário Maurício Barbosa pelo bom senso, e ao comandante Teles, do Corpo de Bombeiros, e ao comandante Anselmo, da Polícia Militar. Com essa compreensão e essa harmonia, nós viabilizamos um texto que, com certeza, vai aprimorar as relações profissionais e as evoluções de carreiras para essas duas categorias.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, eu utilizo essa questão de ordem para solicitar de V. Ex^a...

Está agoniado o Líder do Governo!

Eu acabei de dizer ao Líder do PT que a Oposição votará, à unanimidade, favoravelmente aos projetos referidos por V. Ex^a, da Polícia Militar e do Corpo de

Bombeiros. Porém, é obrigação dos deputados da Bancada do Governo dar quórum, estar com o quórum de votação na hora da votação, e não vamos abrir mão disso. Os senhores terão que ter aqui 31 Srs. Deputados e um deputado da Oposição, que vai solicitar a verificação de quórum.

Mas, na verdade, a questão de ordem, Excelência, desculpe-me, não era para isso, era para solicitar de V.Ex^a os seus préstimos a fim de atender ao meu requerimento, tradutor de muita preocupação. V.Ex^a será capaz de me informar quando foi a última reunião da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Infelizmente, essa resposta, deputado Tragino... só o presidente de direito, o deputado Marcelo Nilo, tem acesso aos registros da Casa em relação às Comissões.

O Sr. Targino Machado:- Veja que V. Ex^a é conhecido como um deputado de uma memória espetacular, memória de elefante. Nem mesmo com essa memória V. Ex^a consegue me passar... E eu estou falando isso para dizer que querem me provar a inutilidade da principal das comissões temáticas desta Casa, a Comissão de Constituição e Justiça, que é a Comissão-Mãe desta Casa, está há diversos meses sem funcionamento.

Na verdade, Sr. Presidente, só quero chamar a sua atenção - V.Ex^a sabe disso – para o fato de que esta Assembleia infelizmente tem se transformado numa Secretaria estadual, num apêndice do governo do Estado, e isso é lamentável.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falará por todo o tempo o deputado Targino Machado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por todo o tempo de 12 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados presentes no Plenário desta Casa, Srs. das Galerias, da Imprensa, Srs. Funcionários da Assembleia, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, retornando a esta tribuna, volto ao assunto que fui obrigado a interromper face à exiguidade do tempo.

Quero falar, Sr. Presidente, a respeito da Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano, criada através da Lei nº 13.145, de 03 de abril de 2014, quando, por coincidência ou não, o presidente do Tribunal de Justiça estava no exercício do cargo de governador do Estado da Bahia e fez saber que a Assembleia Legislativa decretou e ele sancionou esta lei determinando tal criação. E com isso criou 8 cargos de desembargador e 34 - trinta e quatro - de juiz substituto de Segundo Grau.

Deputado Rosemberg, quero dizer a V. Ex^a que foi motivo de muita satisfação pra mim à época a criação dessa Câmara, porque eu sou daqueles que defendem a boa gestão. Não interessa quem é o bom gestor, interessam quais são os resultados produzidos pela gestão.

Como dizia Leonel de Moura Brizola: “Eu não quero saber quem pongou no trem. Eu não quero saber quem entrou no trem. A mim me interessa quem é o maquinista, porque é este quem vai me levar ao porto seguro”.

Fiquei feliz, porque infelizmente não é comum serem adotadas neste Estado - no Poder Legislativo, Executivo nem no Judiciário - medidas tradutoras de preocupação com a população.

E esta lei que criou a Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano foi uma dessas boas leis, porque a lei boa ou a lei ruim não é a que atende ao meu interesse ou a que vai desatender aos meus interesses. A boa lei é aquela que vai ao encontro dos anseios, dos sonhos e desejos da maioria da população, porque a boa lei torna-se lei mas não é para contemplar os interesses do conjunto da população. É para contemplar o bem comum. Tem que ir em direção do bem comum. E esta lei, em tese, seria uma dessas leis que o buscam se não fosse o *by-pass* que deram nisso através duma outra lei, a Lei nº 21.041, de dezembro de 2014, que esta Casa aprovou inadvertidamente, porque quero dizer ao Sr. Presidente Marcelo Nilo que a gente precisa criar aqui um filtro de bons juristas para que possam analisar os projetos de lei, palavras que, às vezes, são, para incautos deputados como eu, inocentes deputados como eu, que passam despercebidas, mas, na verdade, têm um teor muito grande de maldade contra a população.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Um aparte, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Está inscrito, deputado Luciano Ribeiro.

E nesta lei de dezembro de 2014 eles colocam aqui o seguinte, preste atenção, deputado Rosemberg, porque isso aqui é suprapartidário, os meus interesses, tenho certeza, marcham no mesmo sentido dos interesses de V.Ex^a.

Mas, o artigo 1º dessa lei diz o seguinte: “Ficam criados, no Poder Judiciário, 08 cargos de desembargadores e 34 cargos de juiz substituto de 2º grau, de entrância final”. No artigo 2º diz o seguinte: “Os 08 cargos de desembargador, criados por essa lei, compõem o quadro do Tribunal de Justiça, podendo destinar-se, conforme a necessidade do serviço, a implantação e funcionamento da Câmara Especial do Extremo Oeste baiano”.

Eles já fizeram a lei e fizeram a contra-lei. Isso é a “Lei 171”, essa Lei 21.041 deveria ser “Lei 171”, que enganou os legisladores todos, enganou a Imprensa, enganou os Srs. Servidores do Tribunal de Justiça, porque uma palavra não houve, enganou a OAB, que, à época, não foi capaz de perceber a ameaça que tinha aqui nesse verbo “podendo servir”.

Então, digo isso, para dizer aos Srs. Deputados que quero fazer minhas, as palavras do editorial do Jornal *Grande Bahia*, do dia 16 de outubro de 2016, onde diz: “A crítica, seja com relação a qualquer membro da República e/ou a qualquer Poder instituído, deve ser pautada pelo interesse público, objetivando a superação da sociedade na busca do bem comum”.

E continua mais adiante: Para dimensionar a problemática de um Tribunal de Justiça concentrado na capital do Estado, é necessário compreender que o Estado da

Bahia é quase do mesmo tamanho territorial de um país como a Alemanha. Nesse aspecto é preciso repensar a estrutura estatal, implantada e concentrada na capital como ineficiente, que não atende às necessidades do povo baiano...”, concordo com tudo o que está sendo dito..., observando que trata-se de uma população espalhada em distintas regiões de um Estado que é quase do mesmo tamanho de países como a Alemanha, França e Espanha”.

E continua. “Em resposta à dimensão territorial e às demandas da comunidade, uma articulação política decana envolveu sociedade civil e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dessa articulação, como tentativa de construir um sistema judicial mais eficiente e mais próximo do jurisdicionado, porque isso é o que interessa.

A Câmara do Oeste da Bahia leva ao encontro do jurisdicionado uma Justiça mais próxima, mais desobstruída, desembargadores que estão vivendo a realidade daquele rincão enorme, que é uma outra Bahia, e é boa, a Câmara, inclusive, para os operadores do Poder Judiciário, que são os Srs. Advogados, por exemplo, que fica mais barata a Justiça, porque eles não têm que estar se deslocando para Salvador. E se fica mais barato para os operadores, fica mais barato para o jurisdicionado.

E continua o artigo, o editorial que diz: “Em 03 de abril de 2014, de origem do Poder Judiciário da Bahia, a Lei 13.145 foi aprovada pela Assembleia Legislativa da Bahia, sancionada pelo governador e colocada em prática pelo então presidente do Tribunal de Justiça da Bahia. Desembargador Eserval Rocha.

Mas agora Eserval foi traído, não pessoalmente, mas nos seus princípios. Ele teve a coragem de pensar a Justiça da Bahia descentralizada. Toda vez que se descentraliza, melhora a gestão. Eu disse aqui há pouco, na outra intervenção desta tribuna, que já se faz isso na saúde pública, descentralizando e buscando a não hospitalização do paciente. Mas buscando a desospitalização. Acabaram-se os terríveis manicômios, onde se aprisionava gente, parecendo animais. E os animais de hoje são protegidos inclusive pelo STF, até indevidamente com lambanças e atapalhadas.

Mas, na verdade, essa Câmara foi um ganho, de fato. Mas eles quererem acabar com ela. O objetivo é economia, deputado Luciano. Vou lhe conceder o aparte, depois de demonstrar ao senhor que o problema econômico-financeiro do Tribunal de Justiça da Bahia não repousa nos custos daquela Câmara do Oeste. Repousa na ineficiência, na falta de distribuição verdadeira das riquezas da Justiça da Bahia.

É uma imoralidade saber-se que, aqui no nosso vizinho Tribunal, existe funcionário ganhando três ou quatro vezes o teto do ministro do STF. Por exemplo, a maior remuneração líquida paga, ano passado, no mês de outubro, foi para o cargo de técnico de nível superior, ocupado por Maria Tereza Carvalho Valverde, que recebeu R\$73.939,65. E o segundo maior salário foi pago a Leonardo Santos Vilela, que ocupa a função de subtabelião na assessoria jurídica da Corregedoria do Judiciário, em Salvador, que percebeu R\$ 69.525,00.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Com o aparte V. Ex^a, deputado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Agradeço a oportunidade do aparte ao nobre orador e a tolerância ao Sr. Presidente.

Mas queria, deputado Targino Machado, apenas citar, como V. Ex^a falou no início, as questões sobre como são votados os projetos aqui nesta Casa: sem o cuidado; sem que as Comissões Temáticas sejam trabalhadas. E essa é uma luta de quase 2 anos. Seria bom que a Casa se debruçasse melhor sobre os projetos. E é por isso que, dia após dia, temos que revisar leis recentes, como essa aí, porque foram mal discutidas e elaboradas. E isso é comum nesta Casa, são votadas pela maioria esmagadora da Base do governo, e a Casa aceita de cócoras.

Muito obrigado.

O Sr. Sandro Régis:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO:- Incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso humilde pronunciamento. Se o deputado Bira Corôa permitir, dou o aparte ao deputado Sandro Régis. Agradeça também ao magnânimo presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Agradeço ao deputado Bira, sofredor do Esporte Clube Vitória. Quero dizer ao deputado Targino Machado que esse discurso que V.Ex^a traz é muito pertinente. Muitas vezes a Casa não entende a postura da Oposição, quando dizemos que até somos a favor do projeto mas não concordamos com a forma em que vem sendo votado.

É inadmissível um projeto chegar a esta Casa numa segunda ou numa terça e se votar requerimento de urgência e votar, em seguida, o projeto.

A bancada do governo, como a bancada da Oposição, tem o seu papel bastante definido no Parlamento, seja na Bahia, seja no Brasil, seja no mundo. Mas os 63 deputados aqui têm uma grande responsabilidade, defender o Parlamento que representam. E, a partir do momento, em que o Plenário da Casa vota um projeto sem sequer saber o conteúdo desse projeto, a Assembleia perde a sua função e o seu valor como legítimo representante popular.

É por isso que nós da Bancada da Oposição temos feito esse alerta e muitas vezes buscado até na obstrução. Como é que vocês obstruem e votam a favor? Porque o processo legislativo tem sido errado. E esta Casa, muitas vezes, para servir ao governador perde o seu respeito e não se dá o valor a partir do momento em que os parlamentares votam sem sequer saber o que estão votando.

Então, deputado Targino Machado, é por isso que pedimos cuidado para não ocorrer o que V. Ex^a está dizendo aí, esta Casa votar projetos muitas vezes errado e ter que voltar por falta de conhecimento, ou até ignorância do próprio Parlamento.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Muito obrigado pelo aparte de V.Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

E quero concluir, deputado Bira Corôa, dizendo enquanto o procurador-geral da Justiça está preocupado, deputado Paulo Rangel, em acabar com a cultura do Nordeste, um bem imaterial que deveria ser tombado que são as vaquejadas, eu não estou preocupado com os frutos, estou preocupado é com a raiz, porque os frutos não

são produzidos à toa, os frutos não são produzidos por causa da árvore, do seu tronco, dos seus galhos. A importância maior da árvore é aquilo que ninguém vê, ninguém sabe como é e ninguém elogia que são as suas raízes que vão buscar lá no fundo a água onde ela estiver. E a depender da qualidade dessa raiz é que vêm os frutos. E as raízes, no caso, são as nossas raízes enraizadas, arraigadas na nossa cultura secular que são as vaquejadas. E vem de lá uma martelada do Supremo Tribunal Federal, numa verdadeira lambança jurídica, e quer desempregar 700 mil, oxalá não seja mais de 1 milhão de desempregados a mais neste país, acabando com as vaquejadas. Enquanto isso permite, porque aqui na Constituição diz o seguinte: “Compete ao Supremo...”

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concluindo, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Permita-me, deputado, ler na íntegra. *Art. 101: “O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada. Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição.”*

E eu pergunto: Por que o Supremo não bota os olhos nos marajás dos Tribunais de Justiça, nos marajás do próprio Supremo, nos marajás do STJ? Não é possível que um funcionário do TJ da Bahia tenha recebido em outubro do ano passado e continua recebendo hoje mais R\$ 73.939,00. Está aqui uma lista que paga sobejamente 3 Câmaras uma do Extremo Oeste, outra do Extremo Sul, ainda cria-se outra no Sudoeste da Bahia. E vai custar menos do que essa imoralidade que o Supremo permite, que o Juízo de Segundo Grau, que é o Tribunal de Justiça da Bahia, está permitindo. Vizinho, morando na mesma casa e dormindo na cama vizinha. Deus salve a América e leve o Brasil junto, porque isso é uma imoralidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, vai falar por 10 minutos a deputada Ângela Sousa e por 15 minutos o deputado Sargento Isidório, para compensar os 25 minutos do deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- V. Ex^a está cedendo 10 minutos para a nobre deputada Ângela Sousa e 2 minutos para o deputado Sargento Isidório?

O Sr. Rosemberg Pinto:- Não, o Sargento Isidório vai falar depois.

Senhor Presidente, o deputado que presidia a sessão anteriormente tirou 3 minutos do tempo e deu apenas 10 minutos ao deputado Zé Neto, tirou o PDT do tempo. Eu tenho aliança no conteúdo que o deputado levantou aqui, mas foram 25 minutos. Então queria que desse também o mesmo...

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Só queria dizer ao nobre deputado que não

foram 25 minutos, foram 12 minutos mais 12 minutos de tolerância.

Com a palavra a deputada Ângela Sousa.

A Sr^a ÂNGELA SOUSA:- (Lê) “Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, funcionários que nos auxiliam nas atividades parlamentares, quero cumprimentar as pessoas na galeria e os profissionais da imprensa que acompanham esta Sessão.

É com muita alegria que faço uso da palavra nesta tarde, já se passaram alguns dias após as eleições, mas não poderia deixar de parabenizar todos os prefeitos eleitos e reeleitos, que terão a missão de conduzir os destinos dos nossos municípios baianos.

Quero parabenizar os nossos colegas parlamentares que foram eleitos:

Deputado Robério Oliveira, em Eunápolis;

Deputado Rogério Andrade, em Santo Antônio de Jesus;

Temóteo Britto, suplente de deputado, agora se elegeu em Teixeira de Freitas;

Deputado Bruno Reis, vice-prefeito de Salvador;

Deputado Vando, em Monte Santo;

Deputado Jânio Natal, em Belmonte.

Quero parabenizar o nosso presidente do PSD, o senador Otto Alencar. Com ele à frente do nosso partido, tivemos, nas eleições, vitória em 83 municípios e em 3 estamos a confirmar. Uma vitória maiúscula para o nosso PSD, que se fortalece cada vez mais na Bahia.

Falando em vitória maiúscula, quero parabenizar o prefeito eleito de Ilhéus, Dr. Mário Alexandre, médico querido, meu filho primogênito, que trouxe para Ilhéus um desejo de mudança com muita humildade e determinação, colocou seu nome à disposição para receber o voto de confiança dos ilheenses e venceu com 36.019 votos, quase 21 mil votos à frente do segundo colocado.

O tamanho dessa vitória é o tamanho da nossa responsabilidade e faz com que ela esteja à disposição do nosso povo ilheense, para, juntos, cuidarmos de Ilhéus...”

Compromisso grande com os que votaram e com os que não votaram nele, será ele prefeito de todos os ilheenses.

“(...) Quero agradecer aos colegas deputados: Ivana Bastos, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Pastor Sargento Isidório...”, a quem agradeço pelo vídeo que fez para o nosso candidato a prefeito na época, “(...) e muitos outros colegas que acreditaram em Mário Alexandre, nosso candidato a prefeito e hoje prefeito eleito.

Meu agradecimento especial ao deputado federal Paulo Magalhães, que combateu o bom combate conosco e nos ajudou muito nesta caminhada. Tenho a certeza que o povo de Ilhéus continuará contando com seu apoio, meu deputado...”

E V. Ex^a também contará com o nosso apoio.

“(...) Quero agradecer a toda a nossa equipe, a todos que, voluntariamente, também trabalharam, subiram, descenderam as ruas, os altos, os distritos, os povoados de Ilhéus para levar a proposta de um jovem ilheense, médico, que tem o desejo de cuidar de Ilhéus.

Agradecimento especial à nossa família, ao meu esposo Mário, de 81 anos, aos meus filhos queridos também, Marcos Vinícius e Mariana, meus netos, noras, que são, para mim, filhas, a Simone e, em especial, à minha nora Soane, guerreira, determinada, colaboradora, esposa de Dr. Mário Alexandre, a meu irmão Sérgio, Ju e filhos. E que Deus abençoe a todos, rica e abundantemente.”

Ao nosso Deus eu quero declarar toda a honra e toda a glória, porque sei, queridos, que foi uma vitória dada por Deus para que ali nós pudéssemos fazer a diferença. Então eu agradeço e dou (Lê): a Deus toda a honra e toda a glória, e a minha oração é para que Ele oriente o prefeito eleito Mário Alexandre, seu vice Nazal, como todo o secretariado que será colocado, como também os vereadores eleitos, para que, juntos, possamos fazer um diferencial à nossa querida cidade de Ilhéus, que está deixada de lado, esquecida, abandonada.

Mas temos o compromisso com o prefeito eleito de fazermos esse grande diferencial a uma cidade que muito já contribuiu para o Estado da Bahia e que espera também a contribuição para que possamos mudar e ter respeito a cada uma daquelas pessoas que ali moram, que vieram para Ilhéus, estão contribuindo também na nossa cidade, os empresários, os carentes, aqueles que estão lá esperando. Eu senti nessa vitória uma alegria muito grande das pessoas. Isso nos deu um compromisso maior para fazermos essa grande mudança na cidade de Ilhéus. Nada fazemos sozinhos, somos equipe, trabalhamos, e a palavra de Deus nos diz que “unidos o Senhor peleja por nós”.

Por isso, eu creio na união, creio em ouvir cada munícipe, ouvir cada segmento para fazermos a diferença na nossa grande cidade, que é a cidade de Ilhéus, município de uma importância muito grande e que precisa ser cuidado, como disse o slogan da nossa cidade: “Cuida de mim, Doutor.”

Aproveitando também essa oportunidade, quem me antecedeu foi o deputado Robinho, eu fico muito triste de ver a situação de demarcação de terras no nosso município, Ilhéus, e em Buerarema, Una, e ver que falsos índios... Porque o índio que é índio mesmo, temos que cuidar. Existem as políticas públicas, queremos que essas políticas públicas, na realidade, cheguem na ponta, muitas vezes não chegam, nós queremos que elas cheguem. Mas que esses falsos índios, caciques, seja lá o que for, sejam colocados em seus lugares.

O pequeno agricultor... e aqui eu digo aos meus companheiros: são pequenos produtores de 3 hectares, Presidente, de 5 hectares, de 2 hectares, de 1 hectare, que estão tendo que ficar escondidos, sem poder estar nas suas terras contribuindo, sobrevivendo, sem causar dificuldades a ninguém. Lei! As suas terras são registradas, não foram tomadas de ninguém. Não posso concordar com essa situação de eles terem que sair de suas terras, largar as suas terras.

E não me conformo muitas vezes. Por isso, peço ao nosso governador que ele tenha um olhar mais acentuado, porque, queira ou não, o maior representante do Estado da Bahia é o meu governador Rui Costa. Então ele precisa ter esse carinho especial com essas comunidades, com esses pequenos agricultores que mantêm as suas vidas, a vida de seus filhos, a sua sobrevivência naquelas terras pequenas. “2

hectares” é um nada! E nós precisamos fazer, botar, realmente, a Polícia Civil, a Polícia Militar para estar lá, cuidando para que eles possam... porque a lei não pode estar de um lado só, a lei tem que ser para todos.

Então não me conformo. Deixo aqui a minha indignação, a minha tristeza. E quero também que os nossos deputados entrem nessa batalha, porque Ilhéus precisa, Buerarema precisa. O deputado Robinho falou aqui da eleição do novo prefeito. Espero que ele, também, sinta a necessidade, como prefeito eleito de Ilhéus, de estar junto a esses pequenos agricultores, como também espero que o prefeito eleito de Una entre nessa luta porque nós não podemos deixar que esse povo, que sobrevive da agricultura, seja espezinhado, jogado para lá.

A Justiça ainda não resolveu a morte de Juraci, um grande guerreiro que lutou e perdeu a vida por marginais que estavam lá se dizendo não sei o que e foram assistidos e deixados. Até hoje, não se foi feito justiça! Então eu preciso que a Secretaria olhe isso, que tenha esse carinho pelos pequenos agricultores, e sejamos recebidos pelo nosso governador para que ele apure a verdade, toda a verdade, para ele saber da necessidade.

Então fica aqui a minha tristeza por estar vendo, cada dia, meu povo empurrado de qualquer jeito. E quem não deveria... nada contra indígena, volto a dizer, desculpe meu Presidente, nada contra indígena. Quero que eles sejam cuidados, tenham os seus direitos, terras improdutivas, que a gente lance políticas públicas para que eles possam... agora tirar as terras produtivas de quem sobrevive das suas terras, isso não é justiça.

Deus abençoe. Parece-me que, pelo horário, não dá mais, mas eu agradeço.

Muito obrigado e Deus abençoe.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falará por todo o tempo, Presidente, o nobre deputado Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Deputado Hildécio Meireles.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente que ora preside esta sessão, deputado Bira Corôa, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, ontem, deputado Targino Machado, nós tivemos o desprazer de visitar, praticamente, podemos chamar assim, os escombros do Centro de Convenções de Salvador. Aquele prédio imponente, meu caro deputado Fábio Souto, que, por várias décadas, abrigou milhares de eventos que trouxeram riquezas para nossa Bahia, sobretudo para nossa capital.

Aquele prédio que no passado fora construído com tanto cuidado e até mantido com tanto cuidado pelos governos que sabiam da importância daquele equipamento para a economia baiana, para o desenvolvimento da atividade turística no nosso Estado da Bahia.

Infelizmente chegou ao estado de calamidade, a gente pode assim dizer porque, talvez, deputado Bira Corôa, aqueles que sobrevivem dessa atividade turística em nosso Estado é quem estão sentindo na pele com o seu desemprego, com a diminuição de suas rendas, com o aumento de suas despesas, inclusive com o Estado, esses é que estão sentindo na pele as dificuldades de quem vê uma atividade tão promissora como é a atividade turística na Bahia, um Estado que tem um litoral vasto, um Estado que tem uma beleza incomensurável, um Estado que tem uma rica cultura, e, infelizmente, esse governo da Bahia que há 9 anos habita o Palácio de Ondina não dá o devido valor a essa atividade turística. Como o Centro de Convenções, meu caro deputado Fábio, temos outros equipamentos que caminham para o mesmo estado de degradação. O nosso aeroporto é considerado um dos piores do País, sobretudo entre as capitais que têm rico atrativo turístico.

Mas a gente caminha e vai se servir do sistema de travessia do conhecido *ferryboat*, aquilo é uma verdadeira esculhambação. No passado, meu caro deputado Paulo, gastávamos uma hora de travessia, hoje não é mais, hoje se gasta uma hora e 45 minutos. A partir do momento em que o *ferryboat* sai da atracação é mais uma hora e 45 minutos para se desembarcar do outro lado da travessia; as nossas estradas estão aí, totalmente depredadas, esburacadas; os nossos portos...

Aqui há pouco a deputada Ângela Sousa falava da sua alegria de ter o filho eleito prefeito de uma das cidades mais belas da Bahia, uma das cidades mais ricas em belezas naturais e que já foi uma cidade que segurou a atividade turística em nosso Estado.

Não é difícil, deputado Fábio, a gente perceber por que a nossa Bahia, quando se trata de atividade turística, aliás como outras tantas, está do jeito que está. O governo tem um Orçamento a ser executado a cada exercício e, ao longo destes 9 anos, o turismo na Bahia é tido como um zé-ninguém, este é o termo, exatamente este, um zé-ninguém, porque não se pode conceber que em uma atividade produtiva que emprega muita gente, que traz renda para o Estado, não se pode conceber que o Estado, o Poder Executivo, apenas faça uma previsão, em todo o seu Orçamento, de algo em torno de 0,41%, para gastar, para investir na atividade turística. O que quero dizer com isso? Que em R\$ 42 bilhões, apenas R\$ 175 milhões foram preservados para serem investidos na atividade turística. Mas veja, deputado Targino, o que é pior: desses R\$ 175 milhões previstos para este ano na atividade turística, foram gastos até meados de outubro, ou seja, 9 meses e meio, apenas R\$ 55 milhões, o que corresponde a 0,13% de todo o Orçamento.

É evidente que, dessa forma, a nossa atividade turística vai ser enterrada, ninguém tenha dúvida disso, um Estado que outrora era protagonista dessa atividade na nossa região Nordeste e desfilar ali, talvez, no terceiro lugar em todo o País.

Infelizmente, a realidade é que, depois de 9 anos, quase 10 anos de mandato do governo do PT na Bahia, a nossa atividade turística chega a esse ponto de, praticamente, total falência.

Quero ceder um aparte ao nobre deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Deputado Hildécio, em primeiro lugar, agradeço-lhe pelo

aparte. Vejo, mais uma vez, V. Ex^a com a capacidade técnica que sempre demonstra quando sobe a esta tribuna. V. Ex^a estudou o tema, apresentou aqui números estarrecedores que demonstram a importância que o governo do Estado dá ao turismo, a importância que o governo do Estado dá a um dos setores que mais geram emprego e renda em nosso Estado.

Ficamos abismados, ontem, com a situação do Centro de Convenções. Já sabíamos, mas, cumprindo a nossa obrigação, avaliamos *in loco* aquele equipamento, e o que nós vimos lá – foi o que ouvi de todos os deputados –, foi muito pior do que imaginávamos.

Olhamos o Centro de Convenções e não entendemos qual reforma estava sendo feita naquele equipamento turístico que não fez efeito, e na qual houve investimento de mais de R\$ 30 milhões nesses 4 últimos anos.

Então, V. Ex^a, de forma competente, técnica, demonstra que, efetivamente, o governo não dá atenção ao turismo no Estado da Bahia, destinando-lhe 0,40% do Orçamento e aplicando 0,12% até agora. Isso demonstra com clareza absoluta a importância que o governo dá ao turismo.

V. Ex^a está de parabéns! Tecnicamente demonstrou...

Não podemos nem cobrar do secretário e dos órgãos de turismo, porque, efetivamente, eles não podem fazer milagre. O governador não manda dinheiro para a Secretaria de Turismo, para os órgãos de turismo. Infelizmente, nenhum gestor público pode fazer milagre sem recurso.

V. Ex^a está, de parabéns, mais uma vez, por destrinchar tecnicamente a situação caótica em que se apresenta o turismo no Estado da Bahia.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Fábio Souto, pela sua intervenção. Acho ainda mais interessante como V. Ex^a retira a culpa dos órgãos do Estado, a exemplo da própria Secretaria de Turismo, da figura do secretário de Turismo.

Mas o que nós vemos, para piorar a situação, é um verdadeiro bate-cabeça. A esta altura dos acontecimentos, ninguém sabe o que acontecerá com o Centro de Convenções, nem se vão demolir aquele resto de escombros que está lá. Ninguém sabe onde será construído um novo Centro de Convenções, se de fato será construído ou se aproveitarão aqueles escombros que estão lá.

Isso é que é o pior, comprovando a falta de capacidade dessa gente de governar um Estado como a Bahia, sem falar, caro deputado Fábio Souto, em aspectos de outras áreas que influenciam a própria atividade turística, como, por exemplo, a falta de segurança pública no nosso Estado.

A falta de segurança pública, sobretudo, nessas áreas que temos como áreas de prática das atividades turísticas de forma efervescente, como é o caso dos municípios de Cairu, Itacaré e Ilhéus, a Chapada, a ilha de Itaparica. No que diz respeito à segurança pública, ficamos totalmente a ver navios.

Por isso, quero chamar atenção dos Srs Deputados da base do governo, dos Srs. Deputados que deveriam ter uma responsabilidade maior dentro desta Casa, para nos

ajudar a entender a forma como o governo do Estado tem tratado essa questão do turismo na Bahia, forma totalmente displicente – se não quisermos usar termos mais pejorativos.

O fato é que o turismo na Bahia encontra-se na UTI, praticamente com o pé na cova.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, falará o Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a Bíblia, em Salmos 48, diz: “Grande é o Senhor e mui digno de louvor na cidade do nosso Deus e no seu santo monte”.

Senhores Deputados, Sr. Presidente, eu quero parabenizar esta Casa na pessoa do presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Nilo, na pessoa do deputado Zé Neto, Líder do Governo, na pessoa do deputado Sandro Régis, Líder da Oposição, sem me esquecer dos mui dignos deputados, também, Rosemberg Pinto, Bira Corôa e outros deputados que viram a nossa aflição às vésperas ou no dia de se cometer uma grande injustiça contra a Polícia Militar do Estado da Bahia, contra o Corpo de Bombeiros – faço parte, ainda, das duas corporações, pois ainda não defini se irei para o Corpo de Bombeiros ou para a Polícia Militar.

Certo é, Sr. Presidente, que os projetos que estavam nesta Casa, na semana passada, para serem aprovados açodadamente, prejudicavam de forma efetiva a corporação como um todo. A injustiça feita no projeto, com certeza, não foi observada pelo governador Rui Costa, com certeza, o deputado Zé Neto não estava entendendo o que estava por detrás do projeto, um prejuízo às carreiras militares dos policiais praças, que são os policiais que estão na ponta, são os policiais que fazem toda a operacionalidade da Polícia Militar. Por conseguinte, são prejudicados na família, na escola, são prejudicados em tudo, porque doam na prática as suas vidas, uns no Corpo de Bombeiros, homens e mulheres, outros, na Polícia Militar, nas atividades de combate ao crime.

Como policial militar, não poderia ficar calado com tal arbitrariedade, que, mesmo sem intenção, aconteceria, até porque estou envolvido com duas coisas muito importantes. Primeiro, sou policial militar, uso o cinto da PM, digo aonde vou, na Bahia ou fora, que deputado eu estou, e é passageiro. Sou funcionário público do quadro da Polícia Militar do Estado da Bahia, que é muito cara para mim, pois, abaixo de Deus, tudo de bom que eu tenho na vida veio da PM, e não me esqueço de

pedir perdão aos companheiros mais antigos pelo tempo ruim da minha vida, em que eu era um embriagado, um alcoólatra, que vivia no homossexualismo, planejava assalto a banco. No entanto, há 23 anos, conheci a palavra de Deus, esta palavra que é fiel e verdadeira, esta palavra que diz que se o filho vos libertar, verdadeiramente sereis livre, esta palavra que diz que conhecereis a verdade e a verdade vos libertará. Fui liberto com a ajuda, inclusive, dos oficiais e praças da PM, que poderiam ter trabalhado para me excluir, mas tiveram paciência.

Hoje, pela bondade de Deus, estou aqui reintegrado à Polícia Militar, como pastor evangélico, pai de família, com um trabalho com 1.232 pessoas que saem das drogas, morando comigo, dentro da minha casa, na beira da BR, e também tendo a honra de ser um dos ilustres deputados nesta Casa, sendo honrado por fazer parte dos deputados da Oposição ou do Governo no Parlamento baiano. E não poderia deixar de, mesmo doidamente, chamar os policiais, inclusive oficiais e praças, que já estavam representando as suas entidades, brigando pelos seus direitos. Então eu não poderia me furtar, numa hora dessas, de atender os meus companheiros, de atender uma categoria já tão sofrida.

Do outro lado, cuidei da imagem do governador Rui Costa, que, ao contrário do mui digno e meu amigo particular e pessoal, o de olho de gato, o ex-governador Jaques Wagner... Costumo brincar que sou apaixonado pelos olhos dele, mas, na verdade, sou apaixonado por ele por causa da sensibilidade que teve no socorro a dependentes químicos, quando me viu nas feiras pedindo e catando, depois que faliram meus mercados, a fábrica e a nossa vendagem de pão e de gás, ele me ajudou. Por isso o trabalho cresce até hoje. Ele não desfrutava da simpatia dos PMs por causa de um equívoco, em dado momento na sua fala, em relação à questão salarial.

Mas é diferente do Rui Costa, que, ao entrar no governo, simplesmente com sabedoria e sem gastar dinheiro, apenas com um pronunciamento em um dos momentos difíceis da nossa tropa, ele consegue o carinho, a simpatia e a popularidade na Polícia Militar, dos praças, dos oficiais. Graças a Deus, com os integrantes da PM, o governador Rui Costa está acima de qualquer comentário e tem o respeito da polícia do Estado.

Todavia, digo: ai se não tivesse feito esse movimento, se, como doido, eu não tivesse permitido, sim, a movimentação dentro desta Casa. E aí eu contei com a sensibilidade do presidente Marcelo Nilo, que me ligava, me chamava para conversar, e entendeu que não poderia aprovar aquele projeto na semana passada, que prejudicaria a tropa como um todo.

Para termos uma ideia, o mais alto posto, hoje, do quadro da PM, coronel fechado, precisa de 2º grau, curso médio. Até hoje, para entrar na academia e ser coronel da Polícia, precisa de 2º grau. E esse projeto vinha perniciosamente exigir curso superior justamente dos pais e mães de família que estão no interior. Seria um absurdo praticado na história da Polícia Militar.

Graças a Deus, conversamos e não será mais necessário. O policial continuará podendo ser tenente e capitão com o 2º grau. Apenas para ser major e tenente-coronel que terá de ter, necessariamente – como já temos vários policiais –, curso superior.

Não posso deixar de agradecer a todos aqueles que participaram e às agremiações. Eram 660 vagas para primeiro-tenente, e, graças a Deus e à sensibilidade do governador, do coronel Anselmo, do coronel Telles, com os coronéis Reis e Edmilson, da Força Invicta, com os maiores Ubiraci, Copérnico, Tadeu e Leal, com o tenente Fábio Brito, com Amaral, Jaziel, Mizael, que são praças importantes, com a nossa querida PFem, que também estava lá com a gente, a coisa foi mudada, de forma que, em vez de 667 tenentes, abriu-se vagas agora para 1.017 primeiros-tenentes na Polícia Militar.

Também seria uma pena 186 capitães, mas, graças a Deus, contamos com a sensibilidade do governo, com o apoio de Zé Neto, de Sandro Régis, da Oposição desta Casa – o deputado Prisco também atuou brilhantemente –, saímos de 186 para 215 vagas de capitães.

Nesse mesmo projeto – a PFem, a soldada Laís, o policial Roque, da APPM, também estavam conosco – são criadas 22 vagas de oficial superior: 22 vagas de major. Agora, lá na ponta, o soldado, o cabo da PM, quando chegam a sargento, já podem chegar a subtenente. Ou já sendo sargento, agora já pode ser primeiro-tenente, já pode ser capitão, já pode ser major e já pode, também, ser tenente-coronel. Este projeto, que é de reparação da tropa, de reparação dos cargos e das carreiras na corporação dos Bombeiros e na corporação da Polícia Militar, criou também seis vagas para tenente-coronel.

Portanto, antecipadamente, quero agradecer mais uma vez ao presidente Marcelo Nilo, que nos ajudou a retirar esse projeto; ao deputado Zé Neto, que foi sensível e, com sua maneira sempre atenta e sisuda na defesa do governo, entendeu. Com esse comportamento, ele escreve a história, ao lado da própria Oposição. E o governador faz uma reparação à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros.

Eu não poderia deixar de brigar. Antigamente, existia uma briga entre oficiais e praças. Se o projeto fosse aprovado como estava, essa briga retornaria. Praça não vive sem oficial, e oficial não vive sem praça, porque a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são uma família, e família não pode ser dividida.

Quero dizer, Sr. Presidente, que há 7 anos não havia promoção, não havia vaga para esses policiais. O engessamento era grande. Mas com movimentos feitos por vários companheiros das associações, da Aspra, da APPM e de todos... Esse não foi um ganho do deputado Isidório, de João, Pedro ou Maria; foi um ganho da democracia, foi um ganho desta Casa.

Então, agradeço aos 62 companheiros e à própria imprensa, que vem dando o tom. Agradeço a Deus pela vida do governador Rui Costa; pela vida dos presidentes de associações da Polícia Militar; pela vida de Maurício Barbosa, secretário da Segurança Pública; pela vida do coronel Telles, do coronel Anselmo e do coronel Edmilson, da Força Invicta; pela vida, mais uma vez, de todos os deputados que aqui estão. Agradeço a V. Ex^a também, deputado Bira Corôa, e ao deputado Rosemberg Pinto, que foram muito importantes.

Temos de fazer justiça à PM. Ainda falta muito, ainda falta adquirir muita coisa, mas, aos poucos, vai se adquirindo aquilo que é necessário. Volto a repetir: que

toda a honra, toda a glória e todo o louvor sejam dados ao nome de Jesus. Portanto, a Deus a honra e a glória; e aos policiais militares e aos bombeiros militares o nosso respeito e a minha continência. Faço isso na condição de policial, porque também pertencço a essa corporação de 191 anos de sofrimento. São quase 200 anos de existência da gloriosa Polícia Militar, da qual faço parte há 23 anos, como homem de bem.

Um abraço. Muito obrigado a todos. Parabéns.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar DEM/PPS para falar ou o indicar o orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, sugiro que a sessão seja suspensa para ver se a gente consegue chegar ao caminho da votação do projeto da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

O que V. Ex^a acha, Sr. Presidente? Suspende a sessão para ver se depois conseguimos votar?

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Sandro Régis, acho que deveríamos, já que o projeto não está pronto, gastar esse tempo.

O Sr. Sandro Régis:- Quem vai fazer o projeto agora?

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Então suspenderemos a sessão pelo tempo de até 15 minutos?

O Sr. Paulo Rangel:- Eu gostaria até de falar. Não vou falar nada polêmico. Já que o projeto não está pronto, usamos os tempos. Vocês usam, e nós também. Pode ser?

O Sr. Sandro Régis:- Pode ser.

O Sr. Paulo Rangel:- Então eu vou usar o tempo do PT. Pode ser?

O Sr. Sandro Régis:- Quem vai falar é o deputado Prisco, por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- V.Ex^a vai falar, deputado Prisco?

O Sr. Soldado Prisco:- Não.

O Sr. Paulo Rangel:- O deputado Prisco está dizendo que não quer falar, deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Nobre Líder Sandro Régis...

O Sandro Régis:- Sendo assim, não há orador.

O Sr. Paulo Rangel:- Então vou indicar.

No tempo do PT, eu falarei por 10 minutos e o deputado Bira Corôa por 3.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna hoje para lamentar, eu diria, não um incidente, mas um verdadeiro acidente planejado

que demonstra que a democracia brasileira corre, neste momento, um risco extremo de ser dizimada.

Falo, Sr. Presidente, sobre o desrespeito aos Poderes, às esferas dos Poderes, no momento em que se permite a invasão do Senado pela Polícia Federal, a partir de autorização de um juiz de 1ª Instância.

Isso não me deixa, deputado Targino, pasmado, até porque não vou entrar aqui no mérito. Mas a partir do momento em que o Senado permitiu a prisão, sem o seu consentimento – e era ele que podia consentir –, do senador Delcídio do Amaral, a coisa se encaminhava para isso. Nem na época da ditadura militar houve fato semelhante.

A partir do momento em que se permitiu o grampo de uma presidente da República sob a desculpa de que se está investigando um ex-presidente, eu sabia que a coisa ia se encaminhar para esse nível. Pasmem os senhores, criaram agora hierarquia entre as polícias. Lembro aqui de Itamar Franco, então governador de Minas Gerais. Quando disseram que iam privatizar Furnas, ele acionou a Polícia Militar mineira, cercou a Usina de Furnas e, de forma emblemática, um dos seus lagos.

Pois bem, a Polícia Federal é superior à Polícia Militar. Essa hierarquia não está determinada pela Constituição, a Polícia Federal é quem determina, hoje, deputado Targino...

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Vou lhe dar.

(...) hipoteticamente, quais devem ser os papéis das polícias legislativas.

Não vou nem entrar no mérito, mas invadem o Senado Federal e prendem agentes da Polícia Legislativa – deveriam ter prendido o presidente da Casa, que foi quem autorizou o trabalho – sem que qualquer autorização tenha sido emanada da principal esfera do Poder Judiciário, que é o Supremo Tribunal Federal.

Com o aparte, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Deputado Paulo Rangel, muito obrigado pela concessão do aparte.

Estou aqui a analisar com muita atenção, palavra por palavra, o que V.Ex^a traz à tribuna desta Casa, neste momento. E não quero julgar o mérito, porque não sei quem merece, não sei quem não merece a atitude desse ou daquele. O que quero é sair em defesa do Poder Legislativo. Isso foi um ato imoral, uma outra lambança perpetrada pela justiça brasileira. Concordo com V.Ex^a quando diz que nem naqueles tempos, nos quais não se respeitava o Estado Democrático de Direito, se respeitou o Congresso Nacional, se respeitou o Poder Legislativo. Dessa maneira, assim não agiu a Justiça brasileira no momento, deixando de ser guardiã da Constituição, que defere ao Senado da República, ao Congresso Nacional um território sagrado, protegido pela independência que deve existir entre os Poderes. É lamentável!

Quero parabenizar V. Ex^a por ter trazido esse assunto no momento e me solidarizar, embora eu queira deixar registrado que a minha defesa é ao Poder

Legislativo. Não estou defendendo senador nenhum, porque muitos poucos de lá merecem defesa, embora a Constituição defira a todos nós e a eles também o direito da presunção de inocência. Mas não há uma criança neste País que defira a inocência ao presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros. Quando olho para a cara dele, fico a me perguntar se o que ele está dizendo em defesa do Senado é realmente verdade, ou se ele sabia, e foi negociado aquilo. Não é possível que se prenda quem está cumprindo a ordem, e não se prenda o mandatário da ordem. Se era para ser preso, tinha que ser preso aquele que deu a ordem, que foi o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Parabéns deputado.

O Sr. PAULO RANGEL:- Deputado Targino, eu incorporo o aparte de V.Ex^a. O que me deprime neste momento é ver a defesa tímida feita pelo Presidente do Senado. Ele não sabia, inclusive, se podia ou não. Vi também, de certa forma, o Ministro Gilmar Mendes também fazer uma defesa tímida em relação ao papel do Supremo Tribunal Federal. Juristas não sabem se essa atitude está certa ou não.

Cabe a Polícia Legislativa, a meu ver, inclusive, se for o caso, confrontar a Polícia Federal em uma atitude dessa. Não é a Polícia Federal que define o papel da Polícia Legislativa. Tem que ser o Poder Legislativo. Não vou também entrar no mérito se cabe à Polícia Legislativa ou se cabe à segurança particular observar grampo. Mas a verdade é que essa atitude foi de uma intempestividade, de uma irresponsabilidade que só se pratica em um país onde a pena para juiz ladrão e para promotor ladrão é a aposentadoria precoce com salário pleno. Tem coisa melhor do que se aposentar aos 28 anos com o salário pleno de juiz e depois advogar? Funcionário público é assim. É o único país do mundo! E não tem um parlamentar neste País que entre com um projeto de lei modificando isso.

É verdadeiramente uma pena. Ninguém do Poder Judiciário tem medo de qualquer punição, porque a punição é muito leve. Cabe o erro e o erro inclusive, eu diria, feito de forma proposital muitas vezes. Mas o que me deixa triste, deputado Bira é que não sabemos em que país estamos: se num país verdadeiramente democrático ou não.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Corôa, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras, servidores e servidoras, visitantes, Sr. Presidente, faço uso deste pouco tempo apenas para reafirmar a nossa posição na defesa dos interesses dos povos e comunidades tradicionais.

No dia da tarde de hoje vi 2 pronunciamentos, aqui, que taxaram os índios de marginais, de criminosos, quando, na realidade, a luta pela demarcação das terras indígenas é justiça deste País para com os povos indígenas.

Quanto à questão da demarcação, o erro não está na comunidade indígena. Está no Estado brasileiro que, ao longo de quase 500 anos, não reconheceu a legitimidade dos povos indígenas e que alimenta os conflitos.

Estive na região da Serra do Padeiro no momento mais crítico quando, erroneamente, a Polícia Federal invadiu a Serra do Padeiro tentando criminalizar as lideranças indígenas, conluindo armações feitas por outros interesses que não da sociedade brasileira. Consequentemente, foram desmascarados e – por que não dizer? – desmoralizados pelos indígenas que apreenderam, sim, as armas da Polícia Federal e devolveram a este Parlamento. A Comissão de Direitos Humanos desta Casa foi quem intermediou a entrega das armas e desmascarou, porque levou ao conhecimento internacional toda a armação produzida para criminalizar lideranças indígenas.

Lógico que lá na Serra do Padeiro existem pequenos agricultores que estão convivendo com os indígenas, que estudam na escola indígena, que têm a sua produção com a produção indígena, mas existem também muitos que estão lá pela especulação imobiliária, existem também lá grileiros, existem também lá pistoleiros contratados por outros interesses e, consequentemente, a forma de resolver não é expurgar índio ou agricultor rural. A forma é demarcar sim, é o Estado cumprir o seu papel para resolver essa questão.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui também chamar a atenção de que nesta Casa, no dia de hoje, se debate a possibilidade de votação de um projeto importante. Mas quero aproveitar, Bobo, para dizer que, além do respeito e do compromisso com as corporações da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do nosso Estado, nós temos também o compromisso com as 2 maiores torcidas deste Brasil, a torcida do nosso rubro-negro Vitória que, consequentemente, poderá no dia de hoje receber desta Casa um reconhecimento nobre, por nossa indicação, assim como a torcida do nosso rival Bahia, que estará também recebendo, por indicação do nobre deputado Bobo, o reconhecimento desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Vamos votar o projeto do deputado Bobo, que reconhece como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia a torcida do Esporte Clube Bahia e dá outras providências.

Há dispensa de formalidades assinada pelos deputados Sandro Régis, Targino Machado, representante da Minoria, e do deputado Zé Neto, representante da Maioria.

Designo para relatar a matéria o deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, vamos relatar o projeto que

reconhece como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia a torcida do maior clube do Norte e Nordeste, que teve o nosso Bobô como um dos grandes ídolos e que trouxe uma das maiores alegrias que tive em minha vida, que foi ver o Bahia campeão brasileiro, coisa que o meu presidente ainda não pode ver do seu time.

O projeto é legal, constitucional e justo, deputado Targino Machado, a torcida do Bahia ser reconhecida como patrimônio imaterial e cultural, até porque é a maior torcida do Estado e, conseqüentemente, a maior torcida do Nordeste.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Qual a divisão?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Caminhando para a série A, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, parabéns.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Sandro Régis, no âmbito das comissões pertinentes. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no Plenário o Projeto de Lei nº 21.779/2016, do deputado Bobô, que reconhece como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia a torcida do Esporte Clube Bahia e dá outras providências. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 21.779/2016

Reconhece como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado da Bahia a torcida do Esporte Clube Bahia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida a torcida do Esporte Clube Bahia como patrimônio Cultural e Imaterial do estado da Bahia, nos termos do art. 216 da constituição Federal e 271 da Constituição do Estado da Bahia.

Art. 2º - Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de março de 2016.

Deputado Bobô

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O próximo projeto é do deputado Bira

Corôa, que reconhece como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia a torcida do Esporte Clube Vitória e dá outras providências.

Designo para relatar a matéria o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto para relatar o projeto do deputado Bira Corôa.

Deputado Rosemberg Pinto, tem que dizer qual a divisão.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Queria dizer, deputado Marcelo Nilo, que é um orgulho imenso relatar este projeto, que reconhece como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia a torcida do glorioso Esporte Clube Vitória e dá outras providências.

Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Fica reconhecida a torcida do esporte Clube Vitória como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia, nos termos do art. 216 da Constituição Federal, e do art. 271 da Constituição do Estado da Bahia, uma vez que esse clube tem uma grande história no Estado da Bahia. Um clube que consegue dialogar na parte do esporte e na parte social e que congrega a maioria dos deputados, aqui, que compõem essa torcida organizada importante. A partir de hoje, quero pedir a todos os deputados e deputadas aqui presentes... Agradecendo, inclusive, ao deputado Sandro Régis e ao deputado Zé Neto, que assinaram a dispensa de formalidades.

Dou meu parecer favorável, também com o aval da nossa querida Conceição, pela aprovação deste Projeto de Lei nº 21.780/2016.

Essa lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Não havendo nenhum tipo de inconstitucionalidade, sou pelo deferimento do projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do nobre deputado Rosemberg Pinto no âmbito das comissões pertinentes. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

Em votação no Plenário o Projeto de Lei nº 21.780/2016, em primeiro turno, do deputado Bira Corôa, que reconhece como patrimônio cultural e imaterial do Estado da Bahia o esporte Clube Vitória, time de primeira divisão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.780/2016

Reconhece como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado da Bahia a Torcida do Esporte Clube Vitória, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecido a torcida do Esporte Clube Vitória como patrimônio Cultura e Imaterial do estado da Bahia, nos termos do art. 216 da constituição Federal e 271 da Constituição do Estado da Bahia.

Art. 2º - Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º de março de 2016.

Deputado Bira Corôa

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como não tem mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, vou encerrar a Sessão Ordinária e convocar uma Sessão Extraordinária para votarmos esses 2 projetos em segundo turno.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.